

# Diário do Legislativo de 09/09/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - 25ª Reunião Especial

2.2 - 26ª Reunião Especial

2.3 - 34ª Reunião Extraordinária

3 - MATÉRIA VOTADA

3.1 - Plenário

4 - ORDENS DO DIA

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

5.1 - Comissões

6 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

7 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

9 - EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

10 - ERRATAS

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR\*

Adelino Carvalho Lino (PMN)

\* Adelino de Carvalho

Adelmo Carneiro Leão (PT)

\* Adelmo Carneiro Leão

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

\* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

\* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

\* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

\* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PMDB)

\* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

\* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

\* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

\* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

\* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PSD)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

\* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

\* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

\* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

\* Carlos Pimenta

César de Mesquita (PMDB)

\* César de Mesquita

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

\* Cristiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSD)

\* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PSB)

\* Edson Rezende

Eduardo Daladier Pereira (PDT)

\* Eduardo Daladier

Eduardo Dias Hermeto Filho (PFL)

\* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PL)

\* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

\* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

\* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

\* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

\* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PPS)

\* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

\* Chico Rafael

George Hilton dos Santos Cecilio (PL)

\* Pastor George

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

\* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

\* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

\* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

\* Irani Barbosa

Ivo José da Silva (PT)

\* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

\* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

\* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

\* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

\* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

\* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

\* Doutor Viana

José Castro Braga (PDT)

\* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Miguel Martini (PSN)

\* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

\* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

\* Luiz Fernando Faria

Luiz Menezes (PPS)

\* Luiz Menezes

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

\* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

\* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PPS)

\* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

\* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

\* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

\* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

\* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

\* Cabo Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

\* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

\* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

\* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

\* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

\* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PSC)

\* Ronaldo Canabrava

Sebastião Costa da Silva (PFL)

\* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

\* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

\* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

\*Sargento Rodrigues

Em 8/9/99

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

## Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 25ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 30/8/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Maria José Hauelsen

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Registro de Presença - Palavras do Deputado João Leite - Palavras da Deputada Maria José Hauelsen - Palavras do Deputado Federal Nilmário Miranda - Palavras do ex-Deputado Clodesmidt Riani - Palavras da Sra. Helena Greco - Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos - Apresentação Musical - Entrega dos Pedidos de Indenização - Entrega do Anteprojeto de Lei - Apresentação Musical - Entrega de placas - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Edson Rezende - Fábio Avelar - João Leite - João Paulo - José Henrique - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Paulo Pettersen - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Deputado Federal Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; o Sr. José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos, representando o Secretário, Deputado Tadeu Leite; as Sras. Maria Caiafa, Coordenadora de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito, Sr. Célio de Castro; Helena Greco, Coordenadora do Grupo Tortura Nunca Mais; os ex-Deputados Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta e Sinval Bamberira; a Deputada Maria José Hauelsen, autora do projeto que deu origem à lei que determina sejam indenizados os presos políticos que tenham sido torturados; a Sra. Emely Vieira, representante dos movimentos de direitos humanos; o Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, e as Sras. Mercedes de Meroño e Avel Aztarbe de Petrini, representantes das Mães da Praça de Maio.

### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a comemorar o 20º aniversário da anistia política do Brasil.

### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Deputado Federal Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; Sr. José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos, representando, neste ato, o Secretário Tadeu Leite; Sra. Maria Caiafa, Coordenadora de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito, Sr. Célio de Castro; Sra. Helena Greco, Coordenadora do Grupo Tortura Nunca Mais; ex-Deputados Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta e Sinval Bamberira; Deputada Maria José Hauelsen, autora da lei que determina sejam indenizados os presos políticos que tenham sido torturados; Sra. Emely Vieira, representante dos movimentos de direitos humanos; Sras. Mercedes de Meroño e Avel Aztarbe de Petrini, representantes das Mães da Praça de Maio; Deputado João Leite, demais Deputados, ex-Deputados, senhoras e senhores; há vinte anos, embora restritiva e incompleta, era sancionada a Lei de Anistia. O regime militar, que agonizava, decidira conceder um pouco, no temor de que a campanha popular, que se ampliava em todo o Brasil, conduzisse a reivindicações maiores. Desde 1974, com a vitória esmagadora do Movimento Democrático Brasileiro nas eleições parlamentares, sabiam os estrategistas do sistema que a ditadura perdera o fôlego.

Estamos hoje comemorando, mais do que a edição da lei, a bravura dos que lutaram e dos que morreram no combate pela reconstrução do Estado democrático, porque, senhoras e senhores, o diploma aprovado não alcançou todos quantos sofreram as sanções do regime de exceção, da forma que a tradição faz supor. Anistiar é restaurar a personalidade do anistiado tal como era, antes do suposto delito, com todos os seus bens morais e materiais devolvidos. Mais do que isso: pressupõe a reparação, tanto quanto possível, do tempo perdido.

Na verdade e em nosso caso, a anistia não foi completa. Os militares não puderam retornar às casernas, e muitos deles, como o bravo Capitão da Aeronáutica Sérgio "Macaco", morreram sem que a anistia lhes fosse concedida. O Cap. Sérgio "Macaco" - como era mais conhecido na Força Aérea - evitou, com sua corajosa denúncia ao Brigadeiro Eduardo Gomes, ato de terrorismo da ditadura que teria provocado milhares e milhares de mortos e seria atribuído à esquerda. A explosão dos depósitos de gás no Rio de Janeiro, planejada pela facção terrorista do Governo, com o propósito de jogar a opinião pública contra os movimentos de esquerda, seria crime muito maior do que o cometido pelos sicários de Hitler,

ao incendiar o edifício do parlamento alemão e atribuir o crime aos comunistas. É necessário recordar que a mesma manobra - a de cometer um crime monstruoso e atribuí-lo aos adversários - foi tentada mais tarde, no Riocentro, com o desfecho que conhecemos. Ao lembrar o nome daquele honrado oficial da Força Aérea, registro a nossa homenagem a todos os cidadãos fardados que se negaram a integrar os corpos de repressão e a cumprir ordens criminosas e a todos os outros que, movidos pelo ideal de liberdade, opuseram-se ao golpe de 1964 e foram Mercedes de Meroño e Avel Az Tarbe de Petrini, representando as Mães da Praça de Maio.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Ao longo da história, a conduta humana tem sido permeada de altos e baixos que configuram verdadeiros paradoxos. Com frequência, gestos altaneiros, que enobrecem e dignificam nossa espécie, convivem com ações torpes, que aviltam e degradam.

Com efeito, as mais nobres ações humanas costumam aflorar exatamente de momentos críticos, em que o homem é denegrado na sua essência e lesado nos seus direitos mais elementares.

Assim é que foi dos escombros da Segunda Guerra Mundial, que dizimou milhões de pessoas e provocou o maior holocausto da história, num genocídio sem precedentes, que surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, feito monumental da humanidade, cujo cinquentenário celebramos no ano passado, aqui mesmo no Plenário desta Casa.

Desde os primórdios, tem sido assim a caminhada errante da humanidade. Felizmente para nós, após os períodos de trevas e turbulência, em que vem à tona a condição rastejante do ser humano, sempre prevalece a luz da face divina, configurada na forma do bom senso e da lucidez das criaturas de Deus.

Na solenidade de hoje, temos a honra de voltar a esta tribuna para, desta feita, celebrar um marco importante da história recente brasileira: os vinte anos da Lei Federal nº 6.683, sancionada no dia 28 de agosto de 1979, resultado de uma grande luta popular que anistiou inúmeras pessoas, entre as quais líderes políticos, cassados e expatriados pelo golpe militar de 1964.

Como ensina a Bíblia, "não se acende uma luz para colocá-la debaixo de um vasilhame, mas no candeeiro a fim de alumiar todos que estão na casa". Da mesma forma deve ser visto o movimento pela Lei da Anistia: um farol que guia e norteia, colocado num pórtico bem alto para nos lembrar sempre o respeito que se deve ter aos direitos humanos.

Conforme todos sabemos, foi com a Anistia, embora parcial, que se desencadeou o processo de redemocratização do Brasil, pondo fim ao período de arbítrio e de trevas instalado entre nós, durante tantos anos.

Sem dúvida, o movimento pela Anistia precisa ser lembrado para que não se repitam, no País, a barbárie e a truculência de que foram vítimas tantos homens e mulheres, militantes políticos, artistas famosos, intelectuais de renome, professores eméritos, estudantes que nutriam sonhos e até mesmo gente simples do povo.

Não deixa de ser irônico que essa verdadeira caça às bruxas, disseminada por toda a América Latina nos tempos da Guerra Fria, acontecia sob o olhar complacente daqueles que se arvoram em guardiães da democracia e vivem sob a égide da Estátua da Liberdade. Com a bênção da América e sob o pretexto de um vago perigo comunista, as ditaduras militares perseguiram, prendiam, desterravam, torturavam e matavam, numa ensandecida violação dos direitos humanos.

O regime inaugurado em 1964, como qualquer outro que se impõe pela força, tem que ser repudiado por quantos lutam pelo império das instituições democráticas. Nenhuma nação pode crescer, se não estiver alicerçada na vontade soberana de seu povo; nenhum país constrói a felicidade de sua gente com as armas do arbítrio e da prepotência.

Hoje, vinte anos depois da Lei da Anistia, a democracia brasileira está, por certo, suficientemente madura e consolidada para não aceitar qualquer tipo de truculência. Exemplo disso foi o episódio recente da nomeação do Diretor da Polícia Federal, apontado como torturador e, por isso mesmo, rejeitado pela sociedade. Pressionado pela opinião pública, o Presidente da República revogou um decreto que já estava publicado.

Na esfera estadual, contudo, o mesmo não tem ocorrido. No atual Governo, que, de modo hipócrita e demagógico, tenta revestir-se de uma fachada humanitária, pessoas notoriamente comprometidas com os excessos da ditadura militar e com os desmandos policiais ocupam cargos na estrutura da segurança pública, com o beneplácito do Palácio da Liberdade.

Esperamos ansiosamente que o Governo Estadual implante o Programa Estadual de Direitos Humanos, que já tem 600 propostas de entidades reunidas aqui, na Assembléia Legislativa, no Seminário Legislativo Direitos Humanos e Cidadania, e que também esse Governo estruture a Ouvidoria de Polícia, ao invés de desmantelá-la. Vemos, ainda, com grande preocupação, o descaso do Governo Estadual para com a política carcerária. A situação dos encarcerados em Minas Gerais é preocupante.

Neste momento, registro neste Plenário a presença de Sidney Kangussu, torturado na Furtos e Roubos, Tesoureiro do Banco do Brasil, que, infelizmente, sofreu nessa Delegacia a humilhação de ser colocado em um pau-de-arara e ser torturado barbaramente. Agora, esperamos que a Justiça faça justiça a Sidney Kangussu, que hoje integra uma entidade que defende as vítimas dessa violência policial.

Queremos denunciar ainda, dessa tribuna, a luta do Secretário de Segurança Pública para perpetuar, com a construção de uma cadeia pública, em Belo Horizonte, Betim, para 420 presos, a presença da Polícia Civil na guarda de presos no Estado de Minas Gerais. Estamos representando no Ministério Público e não permitiremos que a situação continue dessa maneira no nosso Estado.

Por outro lado, quero destacar e reconhecer o apoio do Presidente da Assembléia Legislativa a todas as iniciativas ligadas aos direitos humanos. Tanto a Comissão de Direitos Humanos da Casa quanto as entidades de direitos humanos têm recebido do Presidente Anderson Adauto todo apoio às iniciativas aqui na Assembléia Legislativa.

Senhoras e senhores, ao lembrar o aniversário da Lei da Anistia, mais do que evocar fatos de nossa história, importa destacar a importância do respeito aos direitos humanos, que continuam a ser aviltados de inúmeras formas, embora vivamos sob a plena vigência das prerrogativas constitucionais e democráticas.

Nesse sentido, basta que se veja o episódio recente do julgamento dos executores da chacina de Carajás, que foram absolvidos da responsabilidade pelo massacre de inúmeros sem-terras, que apenas sonhavam com um pedaço de chão para trabalhar. A impunidade dos policiais truculentos foi repudiada por toda a sociedade e por organismos internacionais.

Senhoras e senhores, por certo, cabe, no conceito de anistia, o sentido maior da ação política, que é o resgate dos excluídos da sociedade, condenados por antecipação, banidos pela injusta ordem social e segregados pelas classes dominantes.

Sem dúvida, anistiar é dar condições de uma vida digna aos milhões de miseráveis que margeiam os grandes centros urbanos; aos encarcerados que jazem em prisões fétidas e subumanas; aos menores de rua ultrajados nos seus direitos e aliciados para o crime; aos idosos humilhados na sua velhice; à população indígena, dizimada pela ação danosa do homem dito civilizado.

Por outro lado, anistiar é também reprimir os que aliciam menores para a prostituição; é combater o autoritarismo prepotente do aparelho policial; é banir os que maculam e corrompem as cabeças em formação, disseminando drogas e espalhando o terror nas escolas. Anistiar é, sobretudo, fazer valer o que dispõe a Carta Magna, no art. 5º, cláusula pétreia que contém as garantias fundamentais do homem e da mulher.

Ao celebrar os 20 anos da anistia política no Brasil, esperamos, sinceramente, que este momento sirva para despertar em nós a sede de justiça, o amor à liberdade e a consciência do

respeito aos direitos humanos.

Estamos convencidos de que, além das atribuições que lhe são inerentes, compete também ao Poder Legislativo reabilitar pessoas que tiveram cassadas as prerrogativas políticas e foram violadas na sua cidadania.

Consciente de seu papel de representar a voz do povo, a Assembléia de Minas, em 1994, por meio da Resolução nº 5.144, reparou a injustiça perpetrada contra os Deputados Clodesmidt Riani, José Gomes Pimenta - o Dazinho - e Sinval Bambirra.

Embora reconheçamos que há danos irreversíveis, impossíveis de apagar, é preciso resgatar igualmente a honra e a dignidade de inúmeros mortos e desaparecidos, a quem prestamos, nesta solenidade, a nossa sincera homenagem.

Pelo muito que fizeram e continuam a fazer para reparar injustiças no campo dos direitos humanos, destina-se ainda esta cerimônia a homenagear figuras de incansável luta, em prol dos direitos humanos, como: D. Helena Greco, que dispensa apresentação; Dr. José Roberto Resende, nosso digníssimo Ouvidor de Polícia; e Dr. Antônio Aurélio dos Santos, Promotor de Direitos Humanos do Ministério Público, grande aliado dos injustiçados.

Estamos homenageando, também, nas pessoas de seus familiares, os advogados Afonso Cruz e Geraldo Magela, incansáveis defensores dos presos políticos e figuras proeminentes na luta pela defesa dos direitos humanos.

Queremos encerrar a nossa fala, comunicando a todos que vamos dar entrada, nesta Casa, a um projeto de lei que determina ao poder público o pagamento de indenização às vítimas de violência policial.

O projeto amplia a legislação existente, sendo específica para os que foram perseguidos e torturados no período da ditadura. O que se pretende é resgatar, em qualquer tempo, a dignidade da pessoa humana violada nos seus direitos e que tenha padecido sob o aparelho policial, estando todos, desde já, convidados a aprimorar o projeto, acompanhando sua tramitação nesta Casa.

Juntamente com as Mães da Praça de Maio, nossas irmãs argentinas aqui representadas neste evento, que amargaram a dor da perda de seus filhos, queremos fazer ecoar, neste Plenário - palco altaneiro da democracia -, o nosso repúdio a qualquer tipo de violência contra a pessoa humana e o nosso brado veemente de tortura nunca mais. Muito obrigado.

#### Palavras da Deputada Maria José Hauelsen

Sr. Presidente desta Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados, ex-Deputados e autoridades aqui presentes; Sra. Helena Greco, nossa amiga e companheira, na pessoa de quem cumprimento todas as mães, esposas, filhas, irmãs que sofreram e sofrem ainda com aqueles que foram torturados e presos, na época da ditadura e ainda nos tempos de hoje; prezados homenageados desta noite, nossos companheiros Dazinho, Sinval Bambirra, Clodesmidt Riani, nas pessoas dos quais cumprimento todos os cidadãos aqui presentes, que, no dia-a-dia, lutam para que em nosso País não haja tortura nem opressão.

A justiça, a democracia e o aperfeiçoamento das instituições nunca são dádivas dos poderosos: nascem como autênticas conquistas das classes populares, a partir da luta diuturna contra as forças da prepotência, do arbítrio e do obscurantismo. Por isso mesmo, o povo tem que se manter alerta sob pena de ver anuladas vitórias obtidas à custa de muito esforço, sacrifício e heroísmo.

Na presente quadra da vida nacional, quando direitos históricos dos brasileiros são ameaçados pelas ordens emanadas de organismos internacionais que representam os interesses do capital especulativo, ordens que impõem à nossa gente sofrimentos nunca vistos e atentam até contra a própria dignidade da pessoa humana, torna-se útil e oportuno avivar, na lembrança de todos, a memorável mobilização popular que colocou um termo à ditadura instalada no País em 1964.

Entre os movimentos que marcaram essa mobilização, um dos mais significativos foi, sem dúvida, a campanha pela anistia política, instituto que passou a integrar a vida jurídico-política do Ocidente ainda na Grécia antiga. Sua adoção foi fruto da clarividência de Sólon, o insigne legislador da democracia helênica. Desde então, ele tem estado presente nas grandes almas, como o símbolo da supremacia da razão e da liberdade sobre a tirania.

A Lei da Anistia, promulgada no dia 28/8/69, teve características muito próprias. Ela não surgiu do espírito magnânimo do governante, mas foi arrancada ao regime de exceção graças ao poder de pressão da sociedade organizada, que mostrou, mais uma vez, aptidão para determinar o rumo dos acontecimentos e mudar o curso da história.

Vitória coletiva por excelência, a norma foi a culminância de um processo de lutas que uniu os segmentos sociais mais progressistas num trabalho comum pela pacificação nacional e pela reparação das perversidades cometidas pela ditadura contra o povo brasileiro. Atribuir-lhe paternidade seria o caminho certo para cometer injustiça contra a multidão de vozes anônimas que impuseram ao sistema uma surpreendente derrota. Entretanto, não poderíamos deixar de lembrar nomes e entidades que tiveram um papel extraordinário na aglutinação de forças, expondo-se a todos os perigos em prol da causa nobre.

Em 1964, quando o País, ainda atônito, assistia aos desdobramentos do golpe, Alceu Amoroso Lima dirigiu ao Presidente Castelo Branco um apelo em favor dos punidos. Dez anos depois, a Dra. Terezinha Zerbiní fundava o Movimento Feminino pela Anistia, numa época em que mencionar a causa era expor-se a revides por parte do regime. Seguiu-se a fundação de comitês em vários Estados e em países que possuíam brasileiros exilados. Parlamentares das diversas legendas aderiram à campanha, trazendo-lhe valiosa contribuição. As alas mais avançadas de várias denominações religiosas uniram-se ao clamor geral por justiça e fraternidade, dando, assim, um testemunho concreto de sua fé. Líderes como D. Evaristo Arns, D. Luciano de Almeida, D. Hélder Câmara, recentemente falecido, o Pastor Jaime Wright, também de saudosa memória, e o Rabino Henry Sobel postaram-se na vanguarda, conduzindo espíritos de boa vontade que queriam ver a paz restaurada na terra brasileira. Entidades como a OAB nacional e suas representações regionais, tendo à frente juristas do porte de Raymundo Faoro e Seabra Fagundes, juntaram-se à causa. A Associação Brasileira de Imprensa, trincheira da resistência democrática, madrugou na luta. Ai militavam luminares como Barbosa Lima Sobrinho e Zuenir Ventura. A Anistia Internacional, por sua vez, contribuiu levando ao mundo as denúncias de torturas, prisões e desaparecimentos de presos políticos.

#### Palavras do Deputado Federal Nilmário Miranda

Boa noite, queridos companheiros da Mesa e do Plenário. Em vez de cumprimentar um por um, dirijo os meus cumprimentos aos jovens que aqui estão. As galerias estão lotadas deles, que estão em busca da história real do País; por isso, quero homenageá-los. (- Palmas.)

Dessa comunhão de ideais, dessa paixão pela liberdade que tomou conta do Brasil, alastrando-se para incendiar os corações, nasceu a anistia: legítima conquista de um povo que se fez consciente de seu poder.

Infelizmente, seja como resultado de deficiências da própria lei, seja como consequência da má-vontade dos súditos da ditadura ainda ativos na administração pública, seja pela insensibilidade de um governo que só tem sabido atender às exigências dos grandes especuladores internacionais, ainda não se fez plena justiça às vítimas do arbítrio.

Os anistiados políticos, em pleno ano de 1999, continuam encontrando sérias dificuldades ao pleitear suas aposentadorias especiais. Quando conseguem algo, são proventos irrisórios que não bastam para proporcionar a ninguém uma vida digna. Os parentes dos mortos e desaparecidos foram simplesmente excluídos dos benefícios da Lei da Anistia. Vários marinheiros, soldados e cabos ainda esperam por eles e dependem, para usufruir desse benefício, de uma emenda cuja tramitação se encontra praticamente parada na Câmara dos Deputados.

Por isso, a grande conquista do povo brasileiro não está completa. Enquanto houver um perseguido pelo regime militar vivendo em condições de penúria, lesado em seus direitos, enquanto houver uma família clamando por reparação, a voz dos cidadãos comprometidos com a democracia e com a paz não se calará. Nesta comemoração dos 20 anos da Lei da Anistia, a Assembléia de Minas estará recebendo dos beneficiados pela Lei nº 13.187, de 1999, os pedidos de indenização pelas torturas sofridas sob a égide do regime militar. A proposição, prontamente sancionada pelo Governador Itamar Franco, expoente destacado da resistência democrática ao autoritarismo, teve origem em projeto de nossa autoria. Apesar de possuir um valor quase simbólico diante das atrocidades praticadas pelos agentes do arbítrio, esse ressarcimento significa o reconhecimento formal dos erros cometidos pelo poder público e, ao mesmo tempo, uma advertência para que tais abusos nunca mais voltem a ocorrer. Na solenidade de hoje, queremos reacender, na lembrança dos que participaram do movimento, a certeza de que o arbítrio jamais imporá derrotas à sociedade unida em prol da justiça e da paz. Queremos ainda chamar a atenção das novas gerações para as lições da anistia. Enquanto a solidariedade prevalecer sobre o individualismo, enquanto a coragem for maior que os desafios, enquanto esperança permanecer acesa e a vida falar mais alto que o cinismo cruel dos mercados, este País tem concerto. Amigos e companheiros, a anistia foi o começo do fim do Regime Militar. O golpe militar veio para retirar da vida política pessoas como Bamberira, Dazinho, Riani. Eles não podiam tolerar que a classe operária elegeisse Deputados e que lutasse por reformas sociais. E assim ocorreu com milhares de brasileiros. Mais de 30 mil brasileiros foram atingidos pelos atos do golpe militar e, com a anistia, voltaram à vida política do País. Ela abriu cárceres.

Estou vendo José Roberto Rezende, que é o nosso Ouvidor de Polícia, e me lembro quando fui visitá-lo, com uma menina, minha, de 5 anos, a Fernanda, que tenho com a minha companheira Stael, e quando explicamos para a Fernanda que ele estava condenado à prisão perpétua e mais 60 anos, ela perguntou: "Pai, não estou entendendo, quer dizer que ele vai ficar a vida inteira preso, morrer, e ficar mais 60 anos?". Eu disse: "É. É exatamente a isso que ele está condenado."

Os que ficaram nos cárceres, aqueles cento e tantos brasileiros, tinham uma situação semelhante à do Roberto Rezende. A anistia abriu os cárceres. E trouxe do exílio 10 mil pessoas. Foi a diáspora brasileira. Aqui temos vários: o Marco Antônio Meyer, o Costinha, o Afonso Celso, o Jorge Nahas. Só puderam voltar, inclusive os banidos, com a anistia. E havia muitos militantes clandestinos, que tinham de viver com nomes falsos, do PC do B, do PCB, do MR-8, dos partidos que faziam resistência à ditadura militar. E também milhares de cassados neste País que tinham perdido os direitos políticos e os recuperaram.

Depois da anistia, vieram os partidos. Acabou aquela camisa-de-força: só podia haver ARENA e MDB. E, aí, os partidos de esquerda e todos os demais puderam se organizar. Em seguida, houve eleição direta para Governador, até chegarmos à Assembléia Nacional Constituinte.

É importante dizer, principalmente para os jovens, que essa anistia jamais foi ampla, geral e irrestrita, como todos os que me precederam disseram. Ela só foi ampla, geral e irrestrita para quem torturou, matou e cassou brasileiros, porque esses foram proibidos de pagar pelos seus crimes, pela anistia, afrontando o direito internacional dos direitos humanos, que não aceita anistia para quem, em nome do Estado, comete crimes como os que foram cometidos no Brasil. Ela, portanto, foi incompleta e excludente. Todos já disseram aqui. A maior exclusão foi a dos mortos e dos desaparecidos políticos. Foi preciso passarem 16 anos para que houvesse uma lei de reparação, também parcial e incompleta, desses companheiros que estão aqui simbolizados naquele cartaz, os mineiros. E fica a lembrança dos que não foram anistiados, dos que morreram, dos que foram assassinados, dos que desapareceram.

E é importante, hoje, deixar também bem-registrado que, dessa lei de reparação dos mortos e dos desaparecidos, estão excluídos os 11 estudantes mortos em 1964 e 1968, os 4 operários que morreram em greves e os que morreram em confronto com arma na mão - não podemos aceitar distinção entre quem morreu com arma ou sem arma na mão -, os que foram forçados ao suicídio, os que, para fugirem da morte pela tortura, optaram pelo suicídio, ou que se suicidaram depois, como Frei Tito, Terezinha e Dodora; e os que perderam prazo.

Todos os que me precederam também lembraram, para que fique bem forte aqui hoje, que os torturados não foram reparados. Temos leis estaduais no Rio Grande do Sul, no Paraná, e, agora, em Minas, para os torturados em dependências estaduais. Mas ainda falta uma lei federal para todos os torturados pelas Forças Armadas e pela Polícia Federal, que estão excluídos dessas leis estaduais, porque não pode ser de outra maneira. É preciso uma lei federal para todos os torturados no Brasil.

Foram lembrados aqui os marinheiros da 2ª Revolta da Chibata. São 1.080 marinheiros que se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos pouco antes do golpe e foram expulsos por uma portaria. Não foram anistiados até hoje. É uma situação de profunda injustiça.

Há mais de 800 militares do Exército sem anistia. Há pessoas da Aeronáutica. E queria lembrar também que há milhares de cabos e soldados das PMs. Aqui lembro de um que morreu na miséria, o nosso querido Cabo Cecílio, que morreu sem conseguir a reparação da injustiça que sofreu.

Hoje é dia de celebração da grande conquista, e aqui ouviremos palavras de pessoas que simbolizam essa conquista, mas também é um dia de pacto de luta. Também não queria deixar de fazer referência a um outro tipo de brasileiro que não foi anistiado. No mesmo período da ditadura militar até hoje, 1.800 trabalhadores rurais foram assassinados na luta pela terra. Só 76 desses crimes geraram processos, dos quais somente 22 foram condenados, desde 1964. Desses condenados, somente dois mandantes, que estão soltos, nunca foram presos; o mandado de prisão nunca foi cumprido. Para esses, a democratização do País não significou nada.

Temos de fazer um pacto de lutar para acabar com a impunidade simbolizada nas palavras do Deputado João Leite, na vergonha que foi a absolvição dos que mataram os 19 trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás.

Queria, por fim, dizer que temos no Brasil, hoje, cinco presos de consciência. Cinco trabalhadores rurais do MST que, em Pernambuco, ocupavam a fazenda de São Bento do Una. No dia 4 de março deste ano, roubaram oito bodes do proprietário. Não tinham cesta básica e estavam famintos. A Polícia veio, e os cinco trabalhadores rurais foram presos. Hoje, completam 176 dias de prisão, acusados de roubo e formação de quadrilha, quando, na verdade, o que fizeram foi o chamado "furtu famere", "roubar para comer", roubar para que as mulheres e crianças não passassem fome naquele dia. O juiz que os mantém presos e o delegado que insiste na prisão - todos os "habeas corpus" foram negados até hoje - dizem que não aceitam impunidade. Aceita-se a impunidade de um Caciolla, de um Chico Lopes, aceita-se a impunidade de Eldorado de Carajás, e vai-se quebrar a impunidade de cinco trabalhadores que cometeram furto para alimentar a sua família. Não podemos aceitar isso. Para mim, são presos de consciência.

Todos temos de fazer um pacto de não permitir que pessoas como essas permaneçam presas em nosso País. E lembrar aqueles marginalizados que são torturados todos os dias, as penas cruéis e degradantes, até para menores de idade. Temos situações vergonhosas como a de Sete Lagoas e Governador Valadares, e, como disse a Deputada Maria José Hauelsen, enquanto existir um injustiçado dessa anistia, essa luta tem de continuar. Hoje, eu diria: viva a anistia, mas a luta continua! Muito obrigado.

Palavras do ex-Deputado Clodesmidt Riani

Sr. Presidente, Deputado Anderson Adauto, Deputada Maria José Hauelsen, Deputado João Leite, demais membros da Mesa, caros colegas Bamberira e Dazinho. Olhem para mim, olhem para esses dois companheiros. Para que tanta política e tanto exército em cima de nós? Éramos capazes de virar a mesa no Brasil?

Nós três agradecemos muito às Comissões que realizaram esse trabalho de confraternização desses 20 anos de parcial anistia.

Queremos agradecer, por que também somos um dos homenageados, eu, Bamberira e Dazinho, principalmente, ao nosso ilustre Deputado João Leite, que tanto carinho, tanto empenho fez para que comparecêssemos aqui. Eu assumi uma responsabilidade muito grande. De Juiz de Fora telefonava não só para o Bamberira, mas para a sua esposa, exigindo que eles aqui estivessem, para que todos vocês e eu também pudéssemos estar com ele. Tínhamos dificuldades de saúde e financeiras. O próprio Dazinho, conversando com ele, disse que não havia jeito. Eu disse: há, Dazinho, nós vamos lá, onde há companheiros de lutas. Temos de ir, companheiro. Ele me afirmou que vinha e aqui está o companheiro Dazinho. (- Palmas.) A minha emoção é muito grande, e agora ainda recebo a incumbência dos dois, de falar em nome de nós três. Muito bem. Agradeço, mais uma vez, a eles. Vocês imaginem que, ao estourar a revolução em 31 de março e em 1º de abril, no dia três, já corria um abaixo-assinado para pegar a assinatura dos Deputados para a cassação dos nossos mandatos. Aqui chegou um Capitão do Exército, procurou Murilo Badaró, que está vivo, e pediu a colaboração para o Exército, em nome de Carlos Luiz Guedes, Comandante da ID-4. Ele precisava da colaboração da Assembléia. "Que colaboração podemos dar?" "A cassação do mandato desses três comunistas, Riani, Bamberira e Dazinho." Ele disse: "Vocês não podem modificar o Regimento." O Capitão disse: "O Regimento, há pouco tempo, foi modificado, e agora fiquem cientes de que o Regimento, de hoje em diante...". Tirou do coldre um 45, tocou na mesa e daí, meus senhores, no mesmo dia três, havia 61 assinaturas de Deputados para cassar os nossos mandatos. V. Exas. sabem que é difícil colocar 61 Deputados aqui, mas, em poucas horas, em poucos minutos aqui havia 61 Deputados. Está nos anais. O Vieira de Andrade foi o primeiro dos dois requerimentos. Infelizmente, eu estava no Rio de Janeiro, não comandando, como Presidente da CGT, mas orientando a greve da Guanabara. Só sai de lá no dia quatro, porque terminou a greve e também pela saída do Dr. João Goulart do Brasil. Lamentavelmente, vim sem nenhum receio, não que seja valente, mas fui valente, porque sempre Deus me ajudou e sempre tive fé. Saí do Rio de Janeiro e não

fui me exilar. Se quisesse me exilar, seria quem teria melhores condições de ser exilado; primeiro, porque o Dr. João Goulart era Presidente da República e era rico, homem honesto e correto; segundo, porque eu tinha um mandato de representação de um operário internacional. Eu era membro do Conselho Administrativo do Bureau Internacional do Trabalho, que é uma agência especial das Nações Unidas. Tinha imunidade, meus senhores. Imediatamente, segui para Juiz de Fora e não tive receio de passar no meio das tropas de (...) Filho. Chegando nessa cidade, fui visitar meu filho e minha família. O meu desejo era, na segunda-feira, dia 6, estar aqui, para fazer o meu discurso de resistência contra a Revolução, mas fui tolhido pela minha própria família, pois o Exército solicitava a minha presença. Estavam me cassando, companheiros, desse jeito. Eles, então, garantiriam a minha parte física. Eu falei: Não devo nada. Imediatamente, meu filho, antes de completar 21 anos - ele hoje está aqui, neste recinto, é Promotor, Procurador do Estado, aposentado - me levou ao quartel, onde me apresentei: "O que desejam de mim? Aqui estou." Disseram: "Foi ótimo, Deputado, o senhor apareceu aqui, pois precisamos da sua ajuda". Respondi: "Perfeitamente, não há melhor ajuda do que eu estar presente." Era para assinar uma simples carta. Perguntei qual era o conteúdo. Responderam: "Que Brizola e João Goulart eram comunistas". Retruquei: "Nenhum dos dois. Não sou brizolista, sou mais João Goulart, mas nenhum dos dois é comunista". Ai, vocês já sabem o que aconteceu comigo. Dia 5, fomos conduzidos por um colega para cá. Imaginem os senhores que, no dia 6 de abril - vim no dia 5 -, a Mesa despachava o requerimento de 61 Deputados. A Comissão de Constituição e Justiça dava o seu parecer para a cassação de nossos mandatos. O Deputado João Navarro, que era Presidente, fez questão de dar o seu voto em separado, em nome do PTB; ele era do meu partido. Ele afirmava, em nome da Bancada, a cassação de nossos mandatos. Foi encaminhado à Comissão Especial de Inquérito, que, no dia 7, procurava Riani, Bambirra e Dazinho, dizendo que tínhamos apenas 24 horas para fazer a nossa defesa. Que defesa, meus senhores? Qual? Não havia Constituição do Estado. Não havia um Regimento Interno. Não havia uma Constituição Federal.

E nós, de que maneira, isolados que estávamos no quartel? Recebemos, lastimamos e reclamamos.

No dia 7, antes de entregarmos as nossas contestações, a Comissão de Constituição de Direito já decidira a cassação de nosso mandato. No dia 8, quando respondemos, não valia mais nada. A Comissão submeteu o pedido à Assembléia, que o aprovou no dia 8. Nem leram, naturalmente, porque foi secreto. O resultado foi que, no dia 9, lamentavelmente, nesta terra de Felipe dos Santos e de Tiradentes, o Poder Legislativo se acovardou perante o Executivo, perante um Capitão, perante o Exército nacional. (- Palmas.) O resultado foi que o Brasil foi o primeiro e talvez o único País em que uma Câmara de Deputados cassou alguém - e quem? Três operários. Eu, electricista, com muita honra; Bambirra, tecelão, e Dazinho, mineiro da Mina de Morro Velho.

Antes de sair o primeiro Ato Institucional da Revolução, já estávamos cassados. No dia 10, fui premiado outra vez. Como sempre, joguei futebol na ponta esquerda, o número 11. Riani foi também cassado. Cassaram-me aqui e cassaram-me lá, nacionalmente.

Que crimes cometemos, Bambirra e Dazinho? Pela nossa consciência, nenhum, até hoje.

Trouxe uma foto para mostrar ao Bambirra, tirada quando fizemos o I Congresso Sindical de Minas Gerais. Na sessão solene, estavam o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Prefeito Celso Melo Azevedo, da UDN; o Governador Bias Fortes; o Dr. João Goulart, Vice-Presidente da República; o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Ribeiro Pena; uma comissão de Deputados; Riani, Bambirra e Delmir Vilela, que era o tesoureiro. Vejam que beleza: os trabalhadores se reuniram e trouxeram essas importantes autoridades.

Fizemos ainda o segundo, o terceiro e o quarto congressos. No terceiro, também prestamos homenagem aos trabalhadores de Minas e a Felipe dos Santos. Fomos terminar exatamente em Ouro Preto.

Era assim que procedíamos: às claras. Para vocês terem uma idéia - a foto está com meu filho, para quem quiser ver -, para a sessão solene de abertura do quarto congresso sindical que realizamos em Belo Horizonte, trouxe o Governador Magalhães Pinto; para o encerramento, o então Deputado Leonel Brizola e Amauri Silva, Ministro do Trabalho. Vejam os senhores quanto tinha a Casa Operária unida em Minas. Por isso é que me mandaram para o Rio, onde ganhamos a Presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, que representava 4.500.000 trabalhadores. A CGT representava todos os trabalhadores do Brasil.

Eu, com toda aquela responsabilidade, e os meus colegas de Minas ainda faziam meu nome constar na Presidência.

Então, para o 5º Congresso, que não se realizou até hoje, quem era o Presidente? Riani. Quem era o 1º-Vice-Presidente? O Bambirra, "Agitador". Quem era o 2º Vice-Presidente? Dazinho, "Agitador".

Vou explicar aos senhores algumas coisas a respeito do Bambirra: em 1954 - e isso consta de seus antecedentes no DOPS - houve uma reunião reclamando um aumento salarial. O Bambirra disse: "Só temos duas alternativas: continuar na escravidão, ou nos libertar. E o aumento salarial é justo. E a greve é importantíssima". Gente, essas foram palavras do Bambirra ditas em uma reunião em 54. E quem era o Bambirra? Um jovem de 21 anos. O Bambirra era um jovem de 21 anos e já estava agitando, imaginem só. Resultado: o aumento de salário era justo? Correto. A greve também era justa? Era. Por quê? Porque na época do ex-Presidente Gaspar Dutra não houve aumento do salário-mínimo. Em 54, quem estava no Ministério era o Dr. João Goulart. Ele mandou fazer uma revisão e eu fui o relator do processo. A situação geo-econômica de Belo Horizonte e de Nova Lima estava correta e a estatística que o Governo mandou fazer e o Ministério do Trabalho passou o salário de 900 para 2.200. Foi um aumento de 144%. Nem Rio nem São Paulo conseguiram esse aumento. E a segunda sub-região teve um aumento de 650 para 2.000: 207%. Foi isso que o Riani garantiu, como relator do processo.

E o Movimento Sindical de Minas, juntamente com Bambirra e outros, na greve do dia 16, em Belo Horizonte, foi à Justiça e ganhou dos patrões. Em Juiz de Fora, criei o comando geral de greve. Lá, tivemos uma greve de cinco dias e saímos vitoriosos. Estou apenas justificando a fala do Bambirra de que o movimento era justo, de que a greve era oportuna. A greve foi vitoriosa e o salário foi reajustado em 144%, em Belo Horizonte.

"O Bambirra assinou um manifesto de apoio e compareceu ao 1º congresso dos camponeses". Isso é crime? Foi o que eles mandaram para cá. Vou falar também, hoje, que o Dazinho e eu também o assinamos. Então, foi o 1º Congresso Nacional dos Camponeses. O Ernani Maia, que era Deputado e que trabalhou com a reforma agrária, pediu o nosso apoio. Apelo para o Presidente do PTB de Minas, Senador Camilo Nogueira da Gama, e para o Secretário-Geral, Santiago Dantas, para ver se trazia o Presidente da República, Dr. João Goulart, até aqui, mas não conseguiu. Na última hora, apelaram para o Riani, que era o Presidente da CGT, o Riani, que era Presidente do Comando Estadual Salvadores de Minas. Fui até o Dr. João Goulart e disse-lhe: "Dr. João Goulart, a situação está assim. Precisamos de sua presença em Minas Gerais". Mas ele me disse: "Riani, ouvi dizer que aquilo lá está vermelho, não é?" Eu lhe disse: "Vermelho, não. Lá está é roxo". Todos os comunistas estão lá, com exceção do Luiz Carlos Prestes. Mas o Presidente da República precisa estar presente na concentração da classe mais miserável do País, que são os camponeses. A obrigação do senhor é estar conosco. Ele, então, falou: "Riani, passe na Marinha e na Casa Militar e diga que eu vou". O Magalhães Pinto já havia respondido que não viria. E houve o 1º Congresso com a presença do Governador e do Dr. João Goulart. Existem até fotografias em livros, para comprovar.

E é isso que está constando aqui, para incriminar o Bambirra: "Ele assinou um manifesto, convocando". Também: "Participou da greve dos tecelões de São João del-Rei". Que greve bonita foi essa. Eu não posso estar aqui contando história, mas vou falar rapidamente. Vou dizer por que ele foi condenado. A passeata, em que compareceram mais de 3.000 senhoras e moças, porque ali havia oito fábricas de tecidos, fazendo o enterro do Decreto nº 9.070, que proibia as greves, foi uma maravilha. Sai carregando o defunto, que era o Decreto nº 9.070. As casas fechavam suas portas para que a passeata passasse. O pessoal tirava os chapéus e todo mundo perguntava: "Quem é esse doutor que morreu?" Era o doutor 9.070. E a greve foi vitoriosa.

Participou do II Congresso dos Metalúrgicos. Compareceu e deu o seu apoio à Conferência de Seixas Dória e Renato Archer, na defesa dos minérios atômicos. Seixas Dória era da UDN, Governador de Sergipe. O nosso Renato Archer, grande político, era do PSD. Então, vêm aqui tratar de um assunto de defesa e o Bambirra não pode comparecer? Isso é crime também. Por isso o condenaram. O Bambirra esteve preso na crise de 1961. Foi isso que o DOPS mandou contra o Bambirra. Por que esteve preso? Porque o Dazinho fez um movimento em Nova Lima em favor da greve. Telefonaram-me, vim de Brasília, a fim de fazer um acordo com o Magalhães Pinto, pois queriam levar a polícia. O Secretário da Segurança estava em cima do nosso colega. Quando chegamos ao sindicato, eles - eu não - foram presos. Ficamos com a outra turma. Então, foi preso naquela crise. Os jornais não noticiaram. Nunca os li, porque não tinha tempo. O Brizola fez o movimento das Farrroupilhas, garantindo a posse do Jango, mas nós, em Belo Horizonte, fizemos o Comitê Operário Estudantil. Ficamos decidindo até às quatro horas da manhã. Colocaram-me na Presidência dessa comissão, sendo dois estudantes e dois operários. Falei: companheiros, agora o negócio vai ser duro, vocês têm de obedecer estritamente o que decidirmos. Não abriremos mão do nosso comando. Ao meio-dia, estávamos na Igreja São José, com o nosso comício, quando a polícia chegou. Como não havia mais condições, convocaram o Exército. Os estudantes prometeram-me que levariam 200 estudantes. Quando o Exército chegou, os estudantes gritaram: "Viva o III Exército". Em seguida, cantaram o Hino Nacional. O Exército foi embora e nós, da classe operária e estudantil, na crise, em Belo Horizonte. Procurem os pesquisadores e verificarão justamente o que estou dizendo. Não ficamos quietos, nem com medo da polícia e nem com medo do Exército.

Deu apoio às reformas de base e à reforma agrária. Meu Deus, a reforma agrária, antes de ser do PTB, era um projeto do sindicato, dos operários. Então, como o Bambi deu apoio às reformas de base... Foi isso que eles mandaram. Está na certidão do DOPS, que a Comissão pegou. Tudo isso daí é crime. Até que o Bambi pegou pouco não é? Com tudo isso contra ele, foi condenado a 20 anos de prisão.

Lamentavelmente, o que aconteceu na Assembléia não foi a cassação do nosso mandato. O Exército baseou-se nisso, fez um inquérito policial militar, o Bambi foi condenado a 20 anos, eu, a 17 anos e o Dazinho a 10 anos de prisão.

O companheiro Dazinho era o mais ponderado. Em Nova Lima, existia uma briga com o Superintendente da Diretoria daquela cidade. Apelaram para o Governador, e o Magalhães Pinto enviou o Edgar Godoy da Mata Machado. Resultado: durante as conversações, decidiu-se que o sindicato faria um ofício, colocando todos os problemas, o Governador ia decidir, verificar se era verdade. Mas não fizeram. O Dazinho falou: estaca zero. Queremos resolver o assunto. Se não resolvermos, há de chegar o dia em que os trabalhadores farão justiça com as próprias mãos. Acabou-se a reunião. Então, ele era mais ponderado e acabou com a reunião.

Deu apoio também a Francisco Julião. Quem era Francisco Julião?

Aí, veio mais uma causa, veio outra, e o Julião disse: "É melhor vocês arrumarem uma sociedade, porque é muita gente." Então, criaram-se as ligas camponesas, a Liga Camponesa de Pernambuco, a Liga Camponesa do Nordeste. Depois, nós, urbanos, de Pernambuco, do Nordeste, de Minas, passamos para o Dazinho e o Bambi, que ficavam aqui com o Padre Lage, e transformamos essas ligas, essas associações, em sindicatos agrícolas. Eu tive o maior prazer em pedir ao Dr. João Goulart a assinatura do decreto para cada sindicato da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas - CONTAG. Naquela época, em 1964, já havia mais de 1.200 sindicatos, hoje não sei quantos são.

Vocês podem verificar que tínhamos de dar todo apoio ao Francisco Julião, que veio a esta cidade para uma palestra, e aqui estavam os companheiros Dazinho e Bambi. Ele também compareceu ao I Congresso dos Camponeses, fez discurso contra o DOPS, porque os rodoviários estavam em greve, foram fazer a passeata, e a polícia não deixou. Esses homens de quem estou falando estão na certidão do DOPS, que mandou que a Comissão os cassasse, pois, segundo ele, eram perigosos. Estou passando para vocês os dados que o DOPS nos forneceu. O DOPS não tinha nada contra mim, mas falava que eu era o chefe. Era o Dazinho e o Bambi quem mandava. Na Revolução, telefonei para o DOPS e disse que precisávamos dar um alerta imediato. O DOPS queria que nós três confessássemos, disse que eu tinha telefonado para o Bambi e o Dazinho para que envenenassem a água de Belo Horizonte. Imaginem uma coisa dessas. Até apanhando muito eu não podia confirmar isso.

Com relação à questão da reforma agrária, houve um convênio. O Dr. João Goulart estava preocupado em atender aos interesses dos trabalhadores agrícolas. Nós exigíamos a reforma agrária. Criou-se, então, a Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA. Ela fez um acordo com as Forças Armadas, com a Marinha, com a Aeronáutica e com o Exército, para a demarcação das terras. Eu tive o prazer de ser convidado para ir ao Palácio das Laranjeiras assistir à assinatura, e fui. Estavam lá os generais, os comandantes, etc. Logo em seguida, no dia 13 de março de 1964, o Bambi e o Dazinho organizaram-se por todo o Brasil. Concentramos, no Rio, 250 mil pessoas em um comício - foi o maior comício que existiu - para que o Dr. João Goulart assinasse o decreto da reforma agrária. Ele assinou também o decreto da encampação das refinarias particulares. É lógico, se tem a PETROBRÁS, queremos defendê-la. Quantos perderam suas carreiras militares, estudantis, na luta do petróleo? Queríamos a distribuição, a refinação. Aí, nos avisaram: "Não demora acontecer com Dr. Jango o que aconteceu com John Kennedy." Isso foi no dia 13 e no dia 31 aconteceu o que todos verificaram.

Conseguíamos alguma coisa com o Dr. João Goulart, sim. Conseguimos a remessa de lucros para o exterior. Ele assinou a lei que disciplinava a remessa de lucros para o exterior. Estivemos com uma caravana de 500 líderes sindicais em Brasília, para lutar pela lei orgânica da previdência social. Demoramos sete anos para conseguir a lei orgânica da Previdência Social, de março de 1953 a 1960.

Também com relação à gratificação de Natal, o 13º salário, saiu uma caravana daqui, e o projeto de lei foi apresentado por um Deputado nosso, um advogado da CNTI que foi eleito Deputado em 1958 e apresentou o projeto em 1959. Assim, em 1962, conseguimos o 13º salário para os trabalhadores. Em 1963, conseguimos o salário-família, conseguimos a aposentadoria aos 15, 20 e 25 para trabalhos penosos ou perigosos e várias outras coisas.

Quando houve um levante de Sargentos, em Brasília, fui condenado por isso, embora morasse em Belo Horizonte. Fui incluído como responsável, porque era Presidente da CGT, e houve gente da CGT lá. Assim, com relação à chacina, gostaria de perguntar aos senhores - se há alguém conhecedor da estatística, que diga para nós: quantos operários morreram na chacina de Ipatinga em 1963? Houve uma greve, e os metalúrgicos estavam no portão. Chegou um militar, colocou um tripé, a metralhadora e mandou atirar. Quantos morreram, não sabemos. O Bambi telefonou-me e disse: "Vai para lá correndo, pelo amor de Deus". E eu é que fui responsável! Como, responsável? Até hoje ninguém foi condenado. Essas viúvas receberam? Não receberam, como também não recebem as viúvas sacrificadas de Morro Velho. Os ingleses estão explorando há mais de um século - e deixaram o que para Minas Gerais?

Meu tempo terminou. Quero dizer que estou muito satisfeito e alegre pelo fato de o nosso companheiro João Leite nos ter proporcionado esta oportunidade. Agradeço à Assembléia Legislativa, a todas as Comissões e, muito mais, a todos os senhores pela presença. Agradeço ao Bambi e ao Dazinho por me terem intimado a falar alguma coisa aos senhores. Muito obrigado.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Hauelsen) - Queremos informar aos senhores que ainda ouviremos a palavra da Sra. Helena Greco, militante dos direitos humanos. Teremos depois uma programação cultural e, após o encerramento, um coquetel.

Palavras da Sra. Helena Greco

Companheiras e companheiros, ao preparar minha intervenção nesta noite, me lembrei do seguinte trecho da carta do Subcomandante Marcos, líder zapatista da guerrilha mexicana, aos homens e mulheres que, em línguas diferentes, crêem num futuro mais humano e lutam para consegui-lo hoje: "Morrer não dói, o que dói é o esquecimento. (...) Um país que esquece a si mesmo é um país triste, um país que esquece o seu passado não pode ter futuro".

Poderíamos multiplicar os dizeres com a mesma toada. Insistirei apenas naquele que traduz de forma expressiva a essência e o papel desta nossa lembrança dos 20 anos de anistia no Brasil: "Um dos mais cruéis exercícios da opressão é a espoliação das lembranças".

Estamos aqui, portanto, para recuperar a memória essencial, ou seja, a da luta contra a ditadura que sustentaram os militantes e os companheiros que tombaram por ousar acreditar no sonho da construção de uma sociedade sem exploradores e explorados.

É com muita honra e muito orgulho que me vejo cercada de tanta gente ilustre e representativa, parceiros de ontem, de hoje e de sempre na vida e nessa frente tão fundamental e, às vezes, tão mal compreendida que é a luta pelos direitos humanos. Aos colegas da mesa, aos nossos convidados especiais e aos militantes de diversas trincheiras que se encontram no Plenário agradeço de coração o privilégio de tê-los como companheiros de jornada. Brecht diria, sem dúvida, que são todos imprescindíveis. Agradeço sobretudo uma grande lição de vida que tem sustentado minha prática ao longo de todos esses anos: foi com vocês que aprendi que a força e o vigor não dependem da idade cronológica, mas única e exclusivamente da nossa capacidade de indignação e da nossa capacidade de utopia.

Ao resgatar a memória da luta pela anistia, devemos recuperar principalmente a sua radicalidade e o seu caráter eminentemente instituinte. Todos se lembram da palavra parcial aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada em 28 de agosto de 1979: Agora é na rua, a luta continua.

Também ela deve ser recuperada na prática. Há mais de duas décadas estávamos organizados na resistência contra a ditadura militar e na gloriosa luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Hoje estamos todos empenhados na árdua tarefa de construção da cidadania na adversidade de uma sociedade de classes selvagemmente capitalista, marginalizadora e excludente.

Neste chamado final de milênio estamos assistindo a uma intolerável banalização da violência. Aqui no Brasil sua manifestação mais perversa é a sobrevivência da tortura institucionalizada e da cultura da impunidade, herança da ditadura militar. Tortura, todos sabemos, é realização do mal absoluto. Ela não atinge apenas os indivíduos que a sofrem ou

a sociedade em que ela ocorre: trata-se de crime contra o gênero humano - imprescritível, inaniável e inafiançável. O seu objetivo é aniquilar a humanidade nas pessoas, tudo o que pode caracterizá-las como seres humanos, sobretudo o exercício da política. Há vinte anos, houve anistia parcial para os opositores do regime. Os torturadores e assassinos de presos políticos, no entanto, se concederam anistia total, o que constitui aberração jurídica e ética. Ora, por definição - e historicamente -, anistia é para aqueles que foram vítimas do Estado, não para os criminosos e terroristas de Estado, que continuam a ser sistematicamente contemplados com cargos públicos, promoções e comendas.

É esta situação que precisamos erradicar: continua havendo, portanto, longo caminho a percorrer. Todas as bandeiras da luta pela anistia continuam valendo: anistia ampla, geral e irrestrita, em oposição a anistia parcial; fim da tortura; esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram as mortes e os desaparecimentos políticos; responsabilização jurídica do Estado e dos agentes da repressão; desmantelamento do aparelho repressivo; abertura dos arquivos.

Felizmente, não se trata de combate solitário, mas da nossa luta coletiva contra a barbárie, por uma sociedade justa, libertária e humana, onde todos possam exercer a cidadania, a criatividade e a felicidade. Este projeto tem nome inequívoco: a construção do socialismo.

Foi este o sonho que iluminou os corações e as mentes dos nossos companheiros e companheiras que tomaram na luta contra a ditadura e a opressão. Deveríamos nos mirar na justa radicalidade das Mães da Praça de Maio, aqui presentes, e exigir, como elas, cárceres para os torturadores.

Os companheiros e as companheiras mortos e desaparecidos são os nossos grandes homenageados desta noite. A eles, devemos a continuidade da luta. Eles estão aqui, conosco, presentes sempre. Pela vida, pela paz. Tortura nunca mais. Viva o socialismo!

#### Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos

O locutor - "A Anistia está fazendo 20 anos, não esta anistia que deseduca, de devedores de impostos e empréstimos, mas a Anistia dos Patriotas, daqueles que, por amor ao Brasil, adotaram atitudes extremas de confronto com o regime militar. Muitos perderam a vida, mas o exílio pode ser pior que a morte para quem ama com paixão a sua terra. A Anistia não foi um gesto de tolerância dos generais. Foi uma estaca cravada no peito da ditadura pelos militantes dos direitos humanos, pela bravura dos heróis que ficaram" (poema de autoria do jornalista Márcio Metzker).

Ouviremos, neste instante, o Hino aos Mortos e Desaparecidos, com letra de José Roberto Resende, música, arranjo e instrumentos de Marilton Borges, locução de Daniel Barros, solo vocal de Celso Borges e, no coro, Bete Silveira, Niara Veloso, Celso Borges, Nino Antunes e Beatriz Vargas. A gravação foi feita no Estúdio HP, com a operadora de estúdio Graziela Alenquer.

- Procede-se à execução do Hino aos Mortos e Desaparecidos, concomitantemente com a leitura, pelo locutor, dos nomes desses, fazendo pausas, junto com o descerramento de cada "banner" com a foto do homenageado.

O locutor - A Presidência solicita aos representantes de entidades que ainda não o fizeram que se identifiquem e assinem o anteprojeto que se encontra sobre a mesa, na entrada do Plenário, no Salão de Chá. Até o momento, já se identificaram representantes das seguintes entidades: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; PUC-MG; Movimento Popular da Mulher; Conselho Estadual da Mulher; Escola Sindical 7 de Outubro; SUDECAP; Movimento Evangélico Progressista; Makro; OAB-MG; UNE-BH; Casa de Cultura Lavras Novas; Associação do Bairro Bandeirantes; Associação Pró-Melhoramentos do Conjunto Confisco; Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Secretaria de Justiça; Fórum Ipatingense de Cidadania; Câmara Municipal de Ipatinga.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Pastor Márcio Moreira, que apresentará a canção, de autoria de Victor Jara, "Plegária a um Labrador".

O Pastor Márcio Moreira - Estou dominado por uma profunda emoção, porque participei e celebrei o funeral de Juarez Brito. E o cântico que vou cantar é deste jovem chileno, que compunha e cantava músicas como essa, de Victor Jara, morto pela ditadura Pinochet, depois de ter suas mãos cortadas com todos os requintes de selvageria. Em memória de todos os mortos, vamos ouvir a primeira parte do cântico pela própria voz de Victor Jara, numa gravação de vinil para fita cassete. Ele canta o primeiro verso e depois um canta os outros. Quem souber, cante comigo, inclusive as mães da Praça de Maio.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Entrega dos Pedidos de Indenização

A Sra. Presidente - A Presidência convida os Srs. José Adão Pinto e Gilse Cosenza, ex-presos políticos, e a Sra. Maria do Rosário Caiá, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, a se dirigir à frente do Plenário, a fim de formalizarem a entrega coletiva dos pedidos de indenização às vítimas de torturas praticadas durante o regime militar.

- Procede-se à entrega dos pedidos de indenização.

#### Entrega do Anteprojeto de Lei

A Sra. Presidente - A Presidência convida a Sra. Patrícia Maria Barbosa, da Comissão de Direitos Humanos da Barragem Santa Lúcia e da Escola Estadual Professor José Mesquita de Carvalho, aqui representando a juventude mineira, e o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a se dirigir à frente do Plenário, a fim de formalizarem a entrega do anteprojeto de lei que determina o pagamento de indenização às vítimas de violência policial. O anteprojeto foi assinado por todas as entidades que comparecem a esta solenidade e será entregue ao Deputado João Leite para que sua Comissão formalize o projeto junto à Mesa da Assembléia Legislativa, em outra oportunidade.

- Procede-se à entrega do anteprojeto.

#### Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a artista Suzana Menezes, que apresentará a canção. "Presente Que a África nos Deu", de sua autoria.

A Sra. Suzana Menezes - Boa-noite a todos. Moro no arraial de Lavras Novas, distrito de Ouro Preto. Ouvi falar, hoje, que ainda não está na hora de comemorar a anistia. Para mim, está na hora. Justiça não se consegue rapidamente. Venho comemorar uma das etapas da anistia, que me direcionou para um trabalho anônimo no interior de Minas.

Acho, sim, que a injustiça é muito rápida. Talvez nenhum de nós venha a conhecer o final desse trabalho tão bonito. Talvez os jovens que estiveram aqui venham a participar desse novo momento da anistia.

Indo para o interior de Minas, passei por alguns momentos fortes de solidão, um novo tipo de presidio.

Mas pessoas como Ângela Pezuti, Maria Dirlene Lopes e o nosso advogado Afonso Cruz foram presenças que funcionaram como pilstras nessa nova caminhada. Isso é para ser

comemorado, embora pareça ser muito pequeno. Nessa andança, cheguei a conhecer pessoas que não tinham televisão, aliás, não tinham nem luz elétrica. Eram semi-analfabetas, e cheguei com um linguajar urbano, falando sobre a anistia. Ninguém sabia o que era isso. Falava sobre preso político, ninguém entendia a minha linguagem, mas acabei conhecendo um senhor, um negro com histórias africanas a contar, que me comoveu e tornou-se um companheiro de guerra contra o analfabetismo e todas as situações decorrentes da ignorância, das doenças endêmicas, etc. Então, essa música é um presente que a África me deu. Ela simboliza não só a travessia chorosa da África através de um oceano, mas toda travessia que implica em lágrimas, como a das Mães de Maio e de todas as pessoas que se tornam maternas diante de um quadro de violência, de tortura. Então, a música chama-se "Presente Que a África me deu" e é dedicada a esse senhor semi-analfabeto, meu companheiro de luta, falecido há pouco anos. Apresento a vocês a minha sanfona.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Entrega de Placas

A Sra. Presidente - A Presidência tem a honra de passar às mãos do ex-Deputado Sinval Bambirra uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "A Sinval Bambirra a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de anistia, em reconhecimento à sua atuação como Deputado Estadual por Minas Gerais, representando os movimentos populares; pela altivez com que enfrentou a cassação do seu mandato, imposta pela força do autoritarismo; pela sua contribuição histórica à luta pela anistia e pelo seu compromisso permanente com os valores que dignificam o homem e a vida. Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Deputado Anderson Aduato, Presidente

nte da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais." (- Palmas.)

- Procede-se à entrega da placa.

A Sra. Presidente - "A José Gomes Pimenta, Dazinho, a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de anistia, pelo seu importante papel como líder operário que estendeu sua ação ao campo político na década de 60, sofrendo a violência da cassação do seu mandato como Deputado por Minas Gerais e reafirmando seu espírito de luta no movimento histórico pela anistia, sempre fiel às raízes populares que enaltecem sua vida - sacerdócio e símbolo do mais puro humanismo. Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Deputado

Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais." (- Palmas.)

- Procede-se à entrega de placa.

A Sra. Presidente - "A Clodesmidt Riani a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de anistia, pelo espírito libertário que marca sua trajetória de solidariedade e de participação nas lutas sociais e no movimento pela anistia; pela grandeza no exercício do mandato popular de Deputado Estadual por Minas Gerais, cassado pelo arbítrio da ditadura, e pela lealdade histórica aos valores da justiça e da liberdade. Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais." (- Palmas.)

- Procede-se à entrega de placa.

A Sra. Presidente - "À Dona Helena Greco, homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de anistia, pela grandeza de sua missão na luta contra o autoritarismo e a opressão e na defesa das vítimas do arbítrio e em favor da dignidade humana, com a coragem que anima as almas grandes e os espíritos fortes, com o exemplo de fé consciente nos valores sagrados da justiça e da liberdade. Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

- Procede-se à entrega de placa.

O locutor - Convidamos o Deputado João Leite e os Srs. José Roberto Resende e Antônio Aurélio Santos a se dirigir ao local da entrega. (- Pausa.)

O Deputado João Leite presta homenagem do Legislativo mineiro aos militantes dos direitos humanos. Convidamos, também, para fazer entrega das placas, a Deputada Maria Tereza Lara, integrante da Comissão de Direitos Humanos. (- Pausa.)

O Deputado João Leite - "Ao Ouvidor de Polícia de Minas Gerais, Dr. José Roberto Resende, a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de Anistia, pela juventude de luta contra a ditadura, transformando a sua prisão política e a tortura em instrumentos de solidariedade e compromisso com o movimento popular para a redemocratização do Brasil, o mesmo compromisso que hoje enaltece sua atuação na Ouvidoria de Polícia de Minas Gerais. Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Deputado Anderson Aduato, Presidente".

- Procede-se à entrega de placa.

A Deputada Maria Tereza Lara "Ao Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Público, Dr. Antônio Aurélio Santos, a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de Anistia, pelo trabalho desenvolvido em favor dos direitos e garantias individuais do cidadão, pela dedicação e zelo no exercício de suas atribuições legais e pela sua ação pioneira no incentivo e apoio às entidades que promovem os direitos humanos em todos os segmentos da sociedade. Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Deputado Anderson Aduato, Presidente."

- Procede-se à entrega de placa.

O locutor - Convidamos a Sra. Carmella Pezutti, o Sr. Nilo Sérgio Menezes Macedo e os representantes dos dois advogados de presos políticos a se dirigirem ao local da entrega. (- Pausa.)

A Sra. Carmella Pezutti, ex-banida e integrante do Grupo Tortura Nunca Mais, presta homenagem póstuma do Legislativo Mineiro ao Dr. Afonso Cruz, aqui representado por seu sobrinho, o Sr. Fábio Cruz, que recebe a placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres:

"In memoriam" do advogado de presos políticos Afonso Cruz, a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de Anistia, por intermédio de sua família, àquele que, em vida, dedicou seu saber jurídico e sua coragem moral à mais nobre das causas humanas: a defesa de quem sofre a perseguição criminosa, a tortura física e mental e a prisão política arbitrária, sob a violência opressora do estado ditatorial. Este prêmio reverencia a memória de quem soube gravar seu nome na história como exemplo de abnegação e de luta pelos direitos fundamentais da pessoa humana. Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Presidente, Deputado Anderson Aduato."

- Procede-se à entrega de placa.

O Sr. Nilo Sérgio Menezes Macedo, ex-presos político e integrante do Grupo Tortura Nunca Mais, presta homenagem póstuma do Legislativo mineiro ao Dr. Geraldo Magela, aqui representado por sua companheira, a Sra. Déa Maria da Fonseca, que também recebe placa alusiva a esta homenagem.

"In memoriam" do advogado de presos políticos Geraldo Magela, a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de

anistia, por intermédio de sua família, àquele que, em vida, dedicou seu saber jurídico e sua coragem moral à mais nobre das causas humanas: à defesa de quem sofre a perseguição criminosa, a tortura física e mental e a prisão política arbitrária, sob a violência opressora do Estado ditatorial. Este prêmio reverencia a memória de quem soube gravar seu nome na história como exemplo de abnegação e de luta pelos direitos fundamentais da pessoa humana. Nesta mesma data."

- Procede-se à entrega de placa.

O Locutor - A Sra. Helena Greco, militante dos Direitos Humanos, presta a homenagem do Legislativo mineiro às Mães da Praça de Maio, aqui representadas pelas Sras. Mercedes de Meroño e Avel de Petríni, que recebem placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres:

A Sra. Helena Greco - "A las Madres de la Plaza de Mayo", a homenagem da Assembléia Legislativa, no transcurso dos 20 anos de anistia no Brasil, pela mobilização e luta que encarnam a defesa da memória dos filhos desaparecidos, conscientes de que os sonhos dos seus entes queridos nelas renasceram e continuam vivos. São os mesmos sonhos de todos aqueles que confiam e lutam pela vitória da dignidade humana sobre os ditadores; antigos e novos autores da violência, do terror e da morte. Que essa marcha pela vida siga abrindo novos caminhos na história, dizendo às gerações de hoje e do futuro que "la única lucha que se pierde es la que se abandona. Ni un paso atrás!" Como ensinam as "Madres de la Plaza de Mayo". Belo Horizonte, 30 de agosto de 1999. Presidente - Deputado Anderson Aduino. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à entrega de placa.

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos homenageados, a todas as autoridades, aos representantes das entidades e de segmentos da sociedade, aos convidados e ao público em geral pela honrosa presença.

#### Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convoca os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 31, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 26ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 31/8/99

#### Presidência dos Deputados Anderson Aduino e José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Designação de Comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Anderson Aduino - Palavras do Sr. Renato Rossi - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- A Deputada Maria José Hauelsen, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os Deputados João Paulo, Pastor George e Elbe Brandão para, em comissão, conduzirem ao Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais e dos Conselhos Regionais do SESC e do SENAC de Minas Gerais; Sebastião Antônio dos Reis e Silva, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC -; Robinson Correa Gontijo, Diretor Regional do Serviço Social do Comércio - SESC -; Sebastião Mauro Figueiredo Silva, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais; e Milton dos Reis, Presidente em exercício da Câmara de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais.

#### Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Sistema Federação do Comércio - SESC-SENAC-MG.

#### Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com a palavra, o Deputado Anderson Aduino, Presidente deste Poder e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Ilustríssimos componentes da Mesa, Srs. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais e dos Conselhos Regionais do SESC e SENAC; Sebastião Antônio dos Reis e Silva, Diretor Regional do SENAC; Robinson Correa Gontijo, Diretor Regional do SESC; Sebastião Mauro Figueiredo Silva, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais; Milton dos Reis, Presidente em exercício da CDL de Minas Gerais, senhoras e senhores, Deputados, a homenagem que temos a satisfação de formalizar por meio desta reunião, em nome da Assembléia Legislativa, é dirigida ao Sistema Federação do Comércio de nosso Estado, compreendendo as atividades do Serviço Social do Comércio e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SESC e SENAC-, respectivamente. A importância do comércio na vida das comunidades vem dos primórdios da civilização.

Na Antiguidade, houve povos que se notabilizaram pelo talento mercantil, como foi o caso dos fenícios. Na Idade Média, pontificaram as corporações de mercadores e comerciantes, enquanto na Era Moderna a arrancada coube aos descobridores portugueses: em nome da troca mercantil, centrada no comércio das especiarias, nossos antepassados lusitanos e espanhóis abriram novos mundos ao mundo.

Na atualidade, e muito especificamente no panorama da Nação brasileira, o comércio revitaliza-se sempre, independentemente das crises e das contingências, comprovando o peso do setor e o talento de nossos comerciantes e comerciários.

Assim é que a Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais representa, como nenhum outro órgão, a atividade comercial geradora de riqueza, de empregos e de dinamização econômica. O SESC e o SENAC, órgãos de apoio a ela afiliados, igualmente cumprem seu papel e fazem por merecer nossa admiração e a nossa homenagem.

O SESC-MG, objetivando o desenvolvimento humano do comerciário, atua há 50 anos, com uma vasta gama de realizações a partir da área de educação. São programas alfabetizantes, cursos de apoio para exames vestibulares, cursos profissionalizantes para a juventude e promoções de caráter cultural, tais como as bibliotecas volantes, a agenda de conferências e os festivais.

Na área da saúde, o SESC faz-se presente com centros de atendimento e com as unidades volantes de medicina preventiva, os "caminhões da saúde", como são conhecidos pelo povo, ao qual torna acessíveis inúmeras especialidades médicas.

No campo dos desportos e do lazer, há que mencionar os conjuntos poliesportivos mantidos pela entidade, as competições que regularmente promove e as excursões culturais e de recreação que propicia aos associados. Merece atenção o trabalho em prol da chamada "terceira idade", quando cria metodologias e formas de convivência para valorizar e dignificar nosso idoso. O comparecimento faz-se nas várias regiões do Estado, como, por exemplo, com o Liceu de Artes, Cultura, Esporte e Saúde, que opera em parceria com as comunidades locais.

Finalmente, não podemos esquecer o turismo social, em nome de que o SESC mantém uma das maiores redes de acolhimento do Estado, com pousadas e centros de convenção e lazer, podendo hospedar cerca de 5 mil pessoas.

A abrangência da atividade do SESC pode ser aquilatada pelo número de atendimentos que realizou em 1998, apenas em Minas: foram nada menos que 90 milhões. É um número, realmente, muito significativo.

Já o SENAC-MG, funcionando há 53 anos, trabalha paralelamente ao SESC com folha de serviços não menos expressiva. Sua finalidade, como o nome indica, é proporcionar qualificação profissional ao comerciário.

Em nosso Estado, o SENAC atua com 20 unidades de formação profissional nas várias macrorregiões, sendo que, somente em Belo Horizonte, existem 5 centros de formação profissional. Um total de 522 municípios, ou seja, quase a totalidade dos municípios mineiros, são atendidos pelo órgão, através de uma rede com 63 unidades de treinamento.

Dentro desse complexo, temos 13 centros de adestramento e ensino, 2 centros de formação especializada, 3 centros padrões, 28 unidades de apoio, 1 hotel-escola, 13 salões de beleza-escola e 1 supermercado-modelo.

O SENAC trabalha em oito áreas: Administração, Comunicação e Artes, Informática, Saúde, Moda e Beleza, Turismo, Hotelaria e Conservação e Zeladoria. Esses estabelecimentos responderam por 1.044 tipos de atividades em 1998, incluindo 308 cursos de formação profissional e 733 ações extensivas.

As operações do SESC e do SENAC estão em linha com o esforço desenvolvido pela Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais para defender a empresa mineira e orientá-la em direção à modernidade. Podemos dizer que o propósito vem sendo alcançado, exatamente no momento em que a qualificação profissional e a melhoria da qualidade de vida são prioridades para combater o desemprego e o subdesenvolvimento.

Realmente, é positivo constatar a contribuição do Sistema SESC-SENAC e da Federação do Comércio ao desenvolvimento de Minas Gerais. Quando escasseiam os pontos brilhantes e crescem as zonas cinzentas na realidade sócio-econômica brasileira, entidades existem que continuam a batalhar, apesar da nefasta política econômica do Governo Federal. Entre essas, podemos citar nossos homenageados de hoje.

A distinção que estamos tributando ao Sistema Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - SESC-SENAC-MG - é extensiva aos agentes que fazem dele esse sucesso: o comerciante e o comerciário. Parabéns a ambos por tão bem cumprirem a sua missão e, mais ainda, por contarem com instituições-modelos como são as nossas homenageadas.

E a nossa homenagem, que se estende também aos comerciantes e aos comerciários, não pode deixar de ser ampliada a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, funcionários ou prestadores de serviço, também participam desse sucesso que é o SESC-SENAC, o qual é reconhecido pela sociedade mineira. E nós, da Assembléia Legislativa, estamos tendo o prazer de homenageá-los nesta noite. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Renato Rossi, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais e dos Conselhos Regionais do SESC e do SENAC de Minas Gerais.

#### Palavras do Sr. Renato Rossi

Exmo. Sr. Deputado Anderson Aduino, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, autor do requerimento que deu origem a essa solenidade; Exmo. Sr. Deputado José Braga, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Sebastião Antônio dos Reis e Silva, Diretor Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC -; Exmo. Sr. Robson Correa Gontijo, Diretor Regional do Serviço Social do Comércio - SESC -; Exmo. Sr. Sebastião Mauro Figueiredo Silva, Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Minas Gerais; Exmo. Sr. Milton dos Reis, Presidente em exercício do CDL de Belo Horizonte; senhoras e senhores presentes, funcionários e assessores do SESC, do SENAC e da Federação do Comércio, em nome do sistema Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, SESC e SENAC de Minas, agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta homenagem que o Poder Legislativo de Minas presta a estas entidades do comércio.

Na verdade, a administração empresarial, que é o traço marcante da administração da Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, contou e conta com o prosseguimento dos mandatos administrativos cumpridos no decorrer do tempo.

A Federação do Comércio, por exemplo, foi fundada em 1938, o SESC e o SENAC de Minas têm 50 anos de existência, e as suas administrações sempre tiveram e têm o cuidado de

dar prosseguimento ao trabalho das administrações anteriores. A Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, que, através de seu Presidente, dirige o SESC e o SENAC, é a vanguarda de defesa das empresas de comércio e de serviços, tendo montada uma estrutura de prestação de serviços, sempre voltada para o aprimoramento, a defesa e a orientação das empresas comerciais e de serviços.

O SESC de Minas, além de promover o bem-estar social dos empregados das empresas comerciais e de serviços, investe na área de educação, indo até a programas de alfabetização, estando atento à área da saúde, em que mantém uma gama imensa de especialidades médicas, que estão em disponibilidade através de unidades fixas e volantes: o SESC possui caminhões da saúde, rodando por todo o Estado. Nesse capítulo da saúde, o SESC não descurou e não descuro da terceira idade, procurando valorizar e dignificar os idosos.

O esporte é outra atividade da qual não se esquece o SESC, através do Laces - Liceu de Arte, Cultura e Saúde, que possui atividades que seguramente tiram o associado do SESC do perigo de más companhias e, mais do que isso, retiram os jovens e adolescentes do perigo das drogas e dos maus costumes: é a mente sã em um corpo são.

As unidades de serviços, as bibliotecas, os restaurantes e galeria de arte são atividades em pleno funcionamento no SESC de Minas.

No SENAC de Minas não é diferente, basta dizer que já formou mais de vinte e cinco milhões de pessoas, através de seus cursos e treinamentos, fornecendo mão-de-obra qualificada para atender aos setores de comércio e serviços. Profissionais bem preparados, além de conseguirem colocação no mercado de trabalho, o SENAC propicia-lhes melhor qualificação, trazendo-lhes qualidade de vida e produtividade, o que traz benefícios para o homem, a empresa e o País. Não se esquecendo do menor aprendiz, o SENAC de Minas mantém cursos diversos na área de treinamento, propiciando-lhes um nível de vida que os tira do descaminho da marginalidade, fazendo deles honrados cidadãos do futuro.

Permita-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer ao Legislativo mineiro as apreensões que a Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais tem em relação a si mesma e, principalmente, em relação aos destinos do SESC e do SENAC.

Existem correntes no Executivo e no Legislativo Federal pretendendo jogar os recursos do SESC e do SENAC em um caixa único. Se isso vier a acontecer, tememos que represente o início do fim das nossas entidades.

Não devemos mudar aquilo que está dando certo, ainda mais que os recursos dessas entidades são das empresas comerciais e de serviços, portanto são recursos privados.

A Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais apela para V. Exa., Sr. Presidente, e para todos os Deputados da nossa Assembléia Legislativa, para que lutem conosco pela manutenção dessas entidades. O povo, a sociedade, a comunidade delas muito precisam.

Esta homenagem que agora recebemos aumenta nossa responsabilidade e, por conseqüência, a necessidade de, cada vez mais, servir melhor. É uma honra receber esta homenagem; agradecemos a V. Exa., Sr. Presidente, e a todos os nobres Deputados da Assembléia Legislativa de Minas. Senhoras e senhores, muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Assistiremos, agora, à exibição de um vídeo institucional do Sistema Federação do Comércio - SESC-SENAC-MG.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Renato Rossi uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Ao sistema Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais - SESC-SENAC-MG - o reconhecimento e o aplauso da Assembléia Legislativa pela excelência do trabalho que realiza na formação e valorização de recursos humanos, na oferta permanente de programas, projetos e serviços de relevante interesse social e na promoção estratégica do desenvolvimento empresarial e econômico do Estado, sempre contribuindo para a melhor qualidade de vida do povo mineiro.

Belo Horizonte, 31 de agosto de 1999".

Convido o Deputado Anderson Aduino, Presidente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, a fazer a entrega da placa ao Sr. Renato Rossi.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 1º de setembro, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 1º/9/99

##### Presidência do Deputado Anderson Aduino

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 48/99; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Alberto Bejani; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 230/99; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimentos nºs 366 e 367/99; aprovação - Requerimento nº 369/99 na forma do Substitutivo nº 1, aprovação - Requerimento nº 386/99; aprovação com a Emenda nº 1 - Requerimento nº 388/99; discurso do Deputado João Leite; apresentação da Emenda nº 1; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99; apresentação das Emendas nº 2 a 5; designação de relator; utilização pelo relator do prazo regimental; sobrestamento das demais matérias da pauta - Encerramento.

##### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino, José Braga, Dilzon Melo, Gil Pereira, Adelmo Carneiro Leão, Ailton Vilela, Alberto Bejani, Alberto Pinto Coelho, Álvaro Antônio, Ambrósio Pinto, Amilcar Martins, Antônio Andrade, Antônio Carlos Andrada, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Antônio Roberto, Arlen Santiago, Bené Guedes, Bilac Pinto, Cabo Morais, Carlos Pimenta, César de Mesquita, Chico Rafael, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Rodrigues, Dinis Pinheiro, Djalma Diniz, Doutor Viana, Edson Rezende, Eduardo Daladier, Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Elmo Braz, Ermano Batista, Fábio Avelar, Glycon Terra Pinto, Hely Tarquínio, João Batista de Oliveira, João Leite, João Paulo, João Pinto Ribeiro, Jorge Eduardo de Oliveira, José Henrique, Luiz Fernando Faria, Luiz Menezes, Marcelo Gonçalves, Márcio Cunha, Márcio Kangussu, Marco Régis, Maria José Hauelsen, Maria Olívia, Maria Tereza Lara, Mauri Torres, Mauro Lobo, Miguel Martini, Olinto Godinho, Paulo Pettersen, Paulo Piau, Ronaldo Canabrava, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa, Sebastião Navarro Vieira

e Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

#### Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 48/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Com a palavra, para encaminhá-lo o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer o apoio de todos os companheiros, colegas desta Assembléia, ao Código Sanitário, mais, ao "código de saúde, talvez mais ainda, à "constituição de saúde" do Estado de Minas Gerais"; o projeto foi apoiado por Deputados dos mais diferentes partidos. Todos colaboraram.

Esse Código que hoje está em votação final tem a contribuição de todos os parlamentares da Assembléia Legislativa; não tem mais um autor único ou alguns autores, como o Presidente da Comissão de Saúde e os relatores que fizeram as modificações, mas todos os parlamentares desta Assembléia.

Minha expectativa é que, ao votarmos hoje a redação final, tenhamos sua implantação o mais rápido possível. Tenho a convicção de que o Governador Itamar Franco e o Secretário de Estado da Saúde Armando Costa vão acelerar todas as ações que favoreçam sua implantação. Quero, neste momento, apresentar aos nobres Deputados e Deputadas uma moção de apoio ao Código, encaminhada pelo Fórum Metropolitano de Vigilância Sanitária da Diretoria Metropolitana de Saúde de Belo Horizonte e da Secretaria do Estado de Minas Gerais. (- Lê:)

"O Fórum Metropolitano de Vigilância Sanitária da Diretoria Metropolitana de Saúde de Belo Horizonte - SES-MG -, em reunião ordinária do dia 25/8/99, deliberou e aprovou por unanimidade esta moção de apoio ao Projeto de Lei nº 48/99 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.

A magnitude e o alcance do projeto em votação nessa Casa, o Fórum Metropolitano de Vigilância Sanitária assevera que se constitui num instrumento de grande importância para a área de saúde em nosso Estado e demonstra para a sociedade mineira a preocupação do Legislativo Estadual com a qualidade dos produtos e serviços de saúde e de interesse da saúde e só merece apoio do Fórum Metropolitano de Vigilância Sanitária.

Sabemos que o mesmo não se esgota com sua aprovação pela Comissão de Saúde, demais comissões temáticas e o Plenário dessa Casa.

Destarte, podemos asseverar que este Fórum estará atento à sua fiel implantação e implementação no Estado. O que também nos tranqüiliza é sabermos que essa Casa, através da Comissão de Saúde, na pessoa de seu Presidente, Deputado Edson Rezende, estará atenta a esse fato.

O Fórum Metropolitano de Vigilância Sanitária, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, não poderia deixar passar este momento e congratula-se com todos os parlamentares dessa Casa, com esta moção de apoio, especialmente os Deputados: Adelmo Carneiro Leão, autor do Projeto de Lei nº 48/99; Edson Rezende, Presidente da Comissão de Saúde, pelo esmero, desprendimento e atenção em ouvir e acatar as propostas encaminhadas pelo Fórum Metropolitano de Vigilância Sanitária, incorporando-as no escopo do Código de Saúde do Estado de Minas Gerais; Antônio Roberto, relator da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Eduardo Hermeto, relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e ao Plenário desta Casa, que teve visão altruísta na aprovação do Código de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Esta é a moção deliberada pelo Fórum Metropolitano de Vigilância Sanitária".

Com essas palavras, com essa moção, podemos expressar a importância desse Código e o papel valoroso de cada um dos nossos companheiros e companheiras presentes na Assembléia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani - Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, é com muita satisfação que hoje, dia 1º/9/99, cumprimento toda a direção do jornal "Tribuna de Minas", empresa do grupo Solar Empreendimentos, um dos mais importantes veículos de comunicação de Juiz de Fora, pela comemoração dos 18 anos de sua criação.

Próximo de completar duas décadas de existência, o jornal Tribuna de Minas veio, ao longo desses anos, consolidando seu espaço junto às diversas camadas da sociedade de Juiz de Fora, realizando um jornalismo sério, comprometido com a verdade, e, principalmente, adotando uma linha editorial isenta, seguindo as normas éticas impostas pelo setor.

Graças ao trabalho árduo, determinado pelo perfil de seu fundador e Presidente, Juracy Neves, um empreendedor que fez da comunicação sua filosofia de vida, o jornal "Tribuna de Minas" vem conseguindo manter-se como veículo estratégico, não apenas em Juiz de Fora, mas em toda a Zona da Mata mineira, potencializando as atividades produtivas da região, através da divulgação diária dos fatos.

Ao prestar esta homenagem ao jornal "Tribuna de Minas", não podemos deixar de enfatizar a importância desse veículo de comunicação, na realização de diversas campanhas sociais e educativas, em prol da comunidade. Entre elas se destaca a mais recente "Olhe por Mim", que demonstrou o compromisso não apenas com a divulgação dos fatos, mas também com a prestação de um serviço que visou atenuar o sofrimento de tantas crianças carentes que são assistidas por diversas entidades filantrópicas do município.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ainda, nesta oportunidade, prestar uma homenagem especial ao jovem Marcos Neves, que pelo seu compromisso com a verdade, isenção, seriedade, modernidade e espírito empreendedor, vem transformando o jornal "Tribuna de Minas" em um dos melhores veículos de comunicação escrito de todo o Estado.

Cabe também, neste momento, lembrar a inquestionável contribuição do Editor-Geral Paulo César Magella que, através de um trabalho dinâmico e atuante, vem conduzindo uma equipe altamente competente. São repórteres, fotógrafos, diagramadores, impressores, colonistas, cartunistas e muitos outros profissionais da mídia que transformam a notícia do dia-a-dia em fatos de interesse geral.

A consciência coletiva das potencialidades do município, como é lembrada pela própria direção do jornal, foi uma das primeiras mudanças proporcionadas por ele na população de Juiz de Fora. O conceito de que o juiz-forano era um cidadão ligado às suas raízes confirmou, em 1981, a necessidade de se criar um novo meio de comunicação que divulgasse mais as notícias locais.

Nas proximidades do terceiro milênio, podemos dizer, com certeza, que o jornal "Tribuna de Minas" é um veículo preparado para enfrentar os desafios de um novo século. A Internet, o "tele-marketing" e as diversas campanhas promocionais realizadas no decorrer desses 18 anos são evidências da preocupação em tornar-se um meio de comunicação em constante modernização.

O perfil pioneiro do povo de Juiz de Fora, incorporado à estrutura do jornal "Tribuna de Minas", com certeza, continuará fazendo parte da estratégia desse tão importante veículo de comunicação para conseguir enfrentar as dificuldades por várias décadas de caminhada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 230/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que dá nova redação ao art. 37 da Lei nº 12.727, de 30/12/97, que dispõe sobre contagem, cobrança e pagamento de emolumentos devidos por serviços extrajudiciais e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 366/99, do Deputado Durval Ângelo, em que solicita a inserção nos anais da Casa da reportagem "Os Seiscentos Tiros que Pararam os Passos do Caudilho e Atrasaram a Vida de Imbé", publicada em 26/4/99, no jornal "Tribuna Popular", do Município de Imbé. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento nº 367/99, do Deputado Gil Pereira, solicitando seja encaminhado ao Presidente da COPASA pedido de informações sobre o cronograma de liberação de recursos para o prosseguimento das obras de canalização do córrego Vieiras III, situado na cidade de Montes Claros. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento nº 369/99, da Comissão Especial do Grande Hotel de Araxá, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da COMIG pedido de envio de documentação referente às obras de restauração do Grande Hotel de Araxá. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 369/99 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 386/99, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja encaminhado ao Secretário de Administração pedido de informações acerca das medidas que estão sendo implementadas sobre a questão da promoção e da progressão do servidor público. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 386/99 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

Requerimento nº 388/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Loteria Mineira do Estado pedido de informações sobre a arrecadação da instituição e o valor repassado às entidades assistenciais no ano de 1998. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, eu gostaria de apresentar uma emenda ao requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, para que tenhamos condições de conhecer a arrecadação e o valor repassado pela Loteria Mineira às entidades assistenciais e às Prefeituras, neste ano de 1999, cujo teor é o seguinte. (- Lê:)

#### EMENDA Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 388/99

Acrescente-se onde convier:

"...solicitando informações sobre a arrecadação bruta e líquida da Loteria do Estado e o valor repassado às entidades assistenciais e às Prefeituras nos anos de 1998 e 1999".

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 1999.

João Leite

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado o Requerimento nº 388/99 com a Emenda nº 1. Oficie-se.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, a extinção da Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - e da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

- Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 2

Suprima-se o art. 22.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: O art. 22 do projeto fixa prazo de até 20 dias para constituição de comissão com incumbência de providenciar atos para instalação da Secretaria de Turismo, e seu parágrafo único determina que a comissão será presidida pelo Secretário de Turismo. Registre-se que ainda não existirá a Secretaria, mas apenas o Secretário. Mas não é este o motivo da emenda.

O poder de regulamentar é originário do Governador do Estado, consagrado no inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado. O dispositivo que se pretende acrescentar à lei é despicando e não acrescenta nada à ordem jurídica. Sendo inócuo, não deve constar na lei.

EMENDA Nº 3

Suprima-se o art. 30, renumerando-se os demais.

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: O art. 30 declara extinta a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais - SEAM.

O modelo de estrutura do Executivo define o grau de centralização do poder dentro de determinado Governo. Tradicionalmente, o poder se concentra nas áreas de ação política, planejamento e fazenda. É forçoso reconhecer que esse é um tipo de gerência ultrapassado. Modernamente, preconiza-se a descentralização da ação do Governo, podendo-se avaliar o caráter democrático deste pelo grau de descentralização do processo decisório.

A SEAM, desde sua criação, tem sido um sustentáculo dos municípios, principalmente dos mais pobres, para os quais esse suporte é muito importante.

Extinguir a SEAM é centralizar o poder, o que é por si só uma medida condenável, pior ainda em se tratando de uma Secretaria que já engloba as atividades políticas e a comunicação social.

EMENDA Nº 4

Dê-se ao art. 26 a seguinte redação:

"Art. 26 - Pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos cargos em comissão do Quadro Especial de Pessoal da Secretaria de Estado de Turismo serão preenchidos por servidores efetivos."

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: O projeto de lei, no art. 26, preconiza que servidores efetivos deverão ocupar os cargos em comissão da SETUR, preferencialmente. Dizer apenas que os cargos serão "preferencialmente preenchidos por servidores efetivos" exprime uma intenção, mas não cria uma obrigação.

É o momento de valorizar os servidores públicos, passando-se do discurso de campanha para a prática. Isso será possível se as ações forem quantificadas, prevendo-se claramente o número de cargos a eles destinados. Esta emenda fixa o percentual de 75%. Com essa definição, poder-se-á acreditar na predisposição para cumprir a norma, e será possível uma verificação permanente de seu cumprimento, por parte, principalmente, dos sindicatos.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se ao art. 6º o seguinte inciso IX:

"Art. 6º - .....

IX - O Corpo de Bombeiros Militar."

Sala das Reuniões, 9 de agosto de 1999.

Alberto Bejani

Justificação: O art. 6º lista os órgãos que integram a administração pública e são subordinados diretamente ao Governador do Estado, entre eles a PMMG.

A Emenda à Constituição nº 39 desvinculou o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, subordinando-o diretamente ao Governador.

Esta emenda objetiva corrigir erro constante no projeto, que ignorou a citada emenda à Constituição.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que, nos termos do § 4º do art. 188 do Regimento Interno, foram apresentadas ao projeto quatro emendas do Deputado Alberto Bejani, as quais receberam os nºs 2 a 5. Nos termos do art. 201 do Regimento Interno, a Presidência vai designar relator o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, para emitir parecer

sobre o projeto e as emendas recebidas antecipadamente. A Presidência indaga ao relator se está em condições de emitir seu parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira - Sr. Presidente, farei uso do prazo regimental.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência informa ao Plenário que o Projeto de Lei nº 399/99 encontra-se na faixa constitucional, sobrestando a apreciação das demais matérias da pauta.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 8/9/99

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: os Projetos de Lei nºs 10/99, do Deputado Dilzon Melo; 344/99, da Deputada Elbe Brandão; e 371/99, do Deputado Chico Rafael.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 9/9/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 389/99, do Deputado Mauro Lobo, em que solicita à Secretaria do Trabalho o envio a esta Casa do relatório sobre os atendimentos prestados, no exercício de 1999, às crianças e adolescentes portadores de deficiência ou necessidades especiais na faixa etária de 0 a 21 anos, cuja renda familiar não ultrapasse 5 salários mínimos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 397/99, da Comissão de Saúde, pedindo informações ao Secretário da Saúde sobre os critérios utilizados para liberação de verbas a hospitais privados, em particular as destinadas ao Instituto Maria da Glória Ferreira Varela, da Fundação Cristiano Varela. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 401/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando informações ao Presidente da AÇOMINAS sobre a atuação operacional dessa empresa em Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, de forma que se possa avaliar o impacto da determinação do rateio do ICMS entre esses municípios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 402/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede informações ao Diretor-Geral do DETRAN-MG sobre os impactos financeiros dos Projetos de Lei nºs 88/99, que institui parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Estado, e 162/99, que dispõe sobre parcelamento de débitos com o IPVA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 430/99, da Comissão Especial do Cólera no Jequitinhonha, solicitando ao Chefe Distrital da COPASA-MG o envio à Assembléia do relatório detalhado das atividades realizadas por aquele órgão no combate ao cólera, constando também sugestões aos governos municipal, estadual e Federal para resolução definitiva do problema. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, sobre a extinção da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As

Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira solicitou o prazo regimental para emitir parecer sobre o Projeto e as Emendas n°s 2 a 5, recebidas antecipadamente.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei n° 14.125, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2000. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 9/9/99

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

### Discussão e votação de proposições da Comissão.

#### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da CPI da CEMIG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bilac Pinto, Antônio Andrade, Amílcar Martins, Chico Rafael, Eduardo Brandão e Eduardo Daladier, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir e votar o relatório final.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 1999.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar as seguintes proposições: em 2º turno, o Projeto de Lei n° 14/99, da Deputada Maria José Haueisen; em 1º turno, os Projetos de Lei n°s 15/99, da Deputada Maria José Haueisen; 52/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 76/99, do Deputado Wanderley Ávila; 172/99, do Governador do Estado; 179/99, da Deputada Maria Olívia; 185/99, do Deputado Ermano Batista; 202/99, da Deputada Maria Olívia; 207/99, do Deputado Mauro Lobo; 227/99, do Deputado Durval Ângelo; 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto; 262/99, do Deputado Márcio Cunha (parecer sobre emenda apresentada em Plenário); 303/99, da Deputada Maria Olívia; 331/99, do Deputado Chico Rafael; 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues; 350/99, do Deputado Durval Ângelo, e 455/99, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI N° 363/99

(Nova Redação, nos Termos do Art. 138, § 1º, do Regimento Interno)

#### Comissão de Saúde

#### Relatório

De autoria do Deputado Luiz Fernando Faria, o Projeto de Lei n° 363/99 dispõe sobre o atendimento odontológico preventivo nas escolas estaduais.

Distribuída, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. A seguir, veio a matéria a esta Comissão para, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, XI, do Regimento Interno, receber parecer.

Durante a discussão na Comissão de Saúde, foi requerida vista do parecer, nos termos do art. 136.

#### Fundamentação

A proposição em exame pretende criar atendimento odontológico preventivo nas escolas estaduais, a ser feito com o auxílio de gabinetes dentários portáteis. Profissional habilitado fará visitas periódicas às escolas portando o instrumental necessário aos procedimentos de caráter preventivo, tais como a evidenciação de placa bacteriana, a aplicação de flúor, etc. Nessas visitas, o profissional ministrará aos alunos ensinamentos práticos de higiene bucal, limpeza, uso correto da escova e do fio dental.

O projeto segue os ditames da medicina preventiva, cujo objetivo é evitar as doenças, procurando proporcionar melhor qualidade de vida aos indivíduos. Tal preocupação é prevista na Constituição Estadual, que, em seu art. 188, III, prioriza "as ações preventivas, consideradas as características socioeconômicas da população e de cada região, sem prejuízo dos serviços assistenciais".

O cuidado com a saúde é dever indeclinável do Estado, conforme estabelecido no art. 196 da Constituição Federal e corroborado pela Constituição do Estado, em seu art. 186.

As medidas preventivas fazem parte de um programa eficaz e produtivo e devem ser estendidas à odontologia, visando a garantir a saúde bucal, o que irá contribuir de forma efetiva para o bem-estar físico e emocional do indivíduo.

Frise-se também o aspecto econômico: os gastos com prevenção, na medicina, são bem menores do que os efetuados com a cura, o mesmo acontecendo na área odontológica, em que os tratamentos, de um modo geral, além de dolorosos e muitas vezes até traumatizantes, são de altíssimo custo e inacessíveis a grande parcela da população. A economia para o Estado será significativa.

Reveste-se de mérito, portanto, este projeto de lei, que visa à proteção da saúde do indivíduo.

Acatamos, durante a discussão do projeto, emendas propostas pelo Deputado Edson Rezende. A primeira delas visa a especificar algumas formas de prevenção que se pretende sejam efetivadas durante o atendimento. A segunda tem por finalidade acrescentar a cláusula de vigência, omitida no projeto original.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 363/99 no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir apresentadas.

#### EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º - O Estado adotará, no âmbito de sua competência no Sistema Único de Saúde - SUS -, as medidas necessárias para assegurar atendimento odontológico preventivo nas escolas estaduais.

Parágrafo único - O atendimento odontológico preventivo constará de aplicação de flúor, evidenciação de placa bacteriana, instrução sobre regras de higiene e encaminhamento do aluno para tratamento, entre outras medidas."

#### EMENDA Nº 2

Acrescente-se o seguinte art. 4º:

"Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, 2 de setembro de 1999.

Edson Rezende, Presidente - Carlos Pimenta, relator - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Adelmo Carneiro Leão.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 344/99

#### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 344/99, da Deputada Elbe Brandão, que institui a Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal, foi aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 344/99

Institui a Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Estadual de Promoção da Saúde Bucal, a ser comemorada na última semana de outubro.

Parágrafo único - A programação a ser desenvolvida durante a semana comemorativa instituída por esta lei será definida pelo Conselho Estadual de Saúde.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Maria Olívia, Presidente - Marco Régis, relator - João Paulo.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 371/99

#### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 371/99, do Deputado Chico Rafael, que institui a Semana de Combate à Violência no Estado, foi aprovado em turno único, sem emenda.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 371/99

Institui a Semana de Combate à Violência no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana de Combate à Violência, a ser comemorada, anualmente, no mês de junho, na semana em que ocorrer o dia 14.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação promoverá o envolvimento de todos os alunos da rede pública estadual nas atividades comemorativas da Semana de Combate à Violência.

Parágrafo único - Os órgãos públicos estaduais interessados em participar da Semana de Combate à Violência poderão fazê-lo mediante palestras, debates, seminários e fóruns técnicos, que enfatizarão o espírito de fraternidade e solidariedade próprio da Semana.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1999.

Maria Olímpia, Presidente - Marco Régis, relator - João Paulo.

#### COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 8/9/99, as seguintes comunicações:

Da Deputada Maria Olímpia, notificando o falecimento da Sra. Ângela Perillo Lobato, ocorrido em 30/8/99, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Wanderley Ávila, dando ciência do falecimento da Sra. Elizabeth Borges Sampaio, ocorrido em 1º/9/99, em Várzea da Palma. (- Ciente. Oficie-se.)

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 55/99 - Objeto: aquisição de envelopes. Licitantes habilitadas: Life Editora Gráfica Ltda., Imprimaset S.A., Papelaria e Tipografia Nívia Ltda., Gráfica e Editora Dom Bosco Ltda., Arte Final & Realce Ltda., Rabisco Artes Gráficas Ltda., MBS Embalagens e Artigos para Escritório Ltda., Gráfica e Editora Perform Formulários Ltda., Oásis Distribuidora Ltda., Gráfica e Editora Geraes Ltda. e Gráfica Yago Ltda.

#### EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

#### EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Termos de Convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas:

Convênio Nº 822/1998 - Valor: R\$89.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal Uberaba - Uberaba

Objeto: Instalação de estação repetidora da TV ASSEMBLÉIA, de forma a possibilitar à comunidade local o acompanhamento da atuação de seus representantes no Legislativo Estadual.

#### ERRATAS

#### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 399/99

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 27/8/99, na pág. 23, col. 1, no texto da Emenda nº 1, onde se lê:

"o inciso VII do art. 5º", leia-se:

"o inciso VII do art. 6º".

Onde se lê:

"Art. 5º - .....", leia-se:

"Art. 6º - .....".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 48/99

Na publicação do parecer em epigrafe, verificada na edição de 3/9/99, na pág. 18, col. 2, onde se lê:

"j) condições adequadas do ambiente físico;", leia-se:

"l) condições adequadas do ambiente físico;".